

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 13-3-2023.

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Giovanni Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Pablo Melo e Prof. Alex Fraga. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 360 e 400/22, e 040/23 (Processos nºs 0716 e 0825/22, e 0086/23, respectivamente), de autoria de Aldacir Oliboni; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 391/22, 009, 059 e 068/23 (Processos nºs 0792/22, 0024, 0122 e 0144/23, respectivamente), de autoria de Cláudia Araújo - sendo solicitada a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 391/22; o Projeto de Resolução do Legislativo nº 007/23 e o Projeto de Lei do Legislativo nº 079/23 (Processos nºs 0106 e 0160/23, respectivamente), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 403/22 (Processo nº 0830/22), de autoria de Mari Pimentel; o Projeto de Lei do Legislativo nº 080/23 (Processo nº 0166/23), de autoria de Moisés Maluco do Bem; o Projeto de Lei do Legislativo nº 086/23 (Processo nº 0183/23), de autoria de Alexandre Bobadra; e os Projetos de Resolução nºs 004 e 008/23 (Processos nºs 0008 e 0128/23, respectivamente). Também, foi apreçoado o Ofício nº 0635/23, do Prefeito, por meio do qual informou que se ausentaria do Município das dez horas do dia doze até às oito horas do dia dezessete de março do corrente, a fim de participar da octogésima quarta Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos e de reuniões no Congresso Nacional, todas a serem realizadas em Brasília (DF). Foi aprovado o Requerimento de autoria de Pablo Melo, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte ao dia vinte e três de março do corrente. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Danusa Alhandra Silva, vice-presidente da União Brasileira de Mulheres do Rio Grande do Sul, e Júlia D'Ávila, que se pronunciaram acerca da defesa da vida e dos direitos da mulheres e sobre os cinco anos da morte de Marielle Franco. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Biga Pereira, Pedro Ruas, Roberto Robaina, Airto Ferronato e Aldacir Oliboni manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e sete minutos às quatorze horas e quarenta minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando o adiamento, para a próxima Sessão, do

período de Grande Expediente. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando a alteração da ordem dos trabalhos da presente Sessão. Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Tiago Albrecht, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Foi rejeitado o Requerimento de autoria de Karen Santos, solicitando votação em destaque para os itens 10, 14, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 do Anexo do Projeto de Lei do Legislativo nº 547/21 (Processo nº 1226/21), com Veto Total, por onze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Jessé Sangalli, após ter sido encaminhado à votação por Karen Santos, Giovani Culau e Coletivo e Jessé Sangalli, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Na oportunidade, os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e quatro minutos às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Em Discussão Geral e Votação, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 547/21 (Processo nº 1226/21), com a manutenção do Veto Total, por vinte e dois votos NÃO e doze ABSTENÇÕES, após ser discutido por Karen Santos, Biga Pereira, Jonas Reis e Karen Santos, em tempo cedido por Roberto Robaina, e encaminhado à votação por Giovani Culau e Coletivo e Jessé Sangalli, tendo votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e optado pela Abstenção Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Giovani Culau e Coletivo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a presente Sessão. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando a votação em bloco dos Requerimentos nºs 018, 023, 041, 042 e 047/23 (Processos nos 0064, 0072, 0147, 0161 e 0173/23). Foram aprovados, em bloco, os Requerimentos nºs 018, 023, 041, 042 e 047/23. Na oportunidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Lourdes Sprenger. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Lourdes Sprenger, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 443/22 (Processo nº 0909/22), por trinta e seis votos SIM, em votação nominal, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia,

Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 036/23 (Processo nº 0134/23), por dezessete votos SIM, dois votos NÃO e onze ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Roberto Robaina, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, votado Não Aldacir Oliboni e Jonas Reis, e optado pela Abstenção Airto Ferronato, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 055/22 (Processo nº 0685/22). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 022/21 (Processo nº 0088/21), após ser discutido por Airto Ferronato, Jonas Reis, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Tiago Albrecht, Prof. Alex Fraga e Márcio Bins Ely. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Mari Pimentel, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 022/21, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 022/21, bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 022/21. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 022/21, por trinta e dois votos SIM, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 022/21, por trinta votos SIM e quatro votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado Não Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Idenir Cecchim e Mônica Leal. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 023/20 (Processo nº 0370/20),

após ser discutido por Roberto Robaina, Cláudia Araújo, Engº Comassetto e Giovani Culau e Coletivo, e encaminhado à votação por Idenir Cecchim, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra e Jonas Reis. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Giovani Culau e Coletivo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 098/22 (Processo nº 0189/22), após ser encaminhado à votação por Cláudia Araújo. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 098/22. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 098/22. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 043/23 (Processo nº 0162/23), após ser encaminhado à votação por Mari Pimentel e Airto Ferronato. A seguir, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Idenir Cecchim. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Alvoni Medina, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Às dezessete horas e quatorze minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cláudia Araújo, o Presidente declarou encerradas a Ordem do Dia e a Sessão, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cláudia Araújo, Hamilton Sossmeier e Moisés Maluco do Bem. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Ofício nº 635/23, firmado pelo Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sebastião Melo, por meio do qual informa que se ausentará do Município das 10h do dia 12 até as 8h do dia 17 de março de 2023, a fim de participar da 84ª Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos e de reuniões do Congresso Nacional, todas a serem realizados em Brasília – DF.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação requerimento de autoria do Ver. Pablo Melo, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 20 a 23 de março de 2023. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da União Brasileira de Mulheres do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo à defesa da vida e dos direitos das mulheres – 5 anos da morte de Marielle Franco. O tempo regimental de 10 minutos para

manifestação será dividido entre duas oradoras. A Sra. Danuza Alhandra Silva, vice-presidente, e a Sra. Júlia D'Ávila estão com a palavra.

SRA. DANUZA ALHANDRA SILVA: Boa tarde. Quero agradecer a esta Casa na pessoa do Presidente da Mesa, a todos os vereadores e vereadoras, em especial a Ver.^a Biga Pereira e o Ver. Giovani Culau e Coletivo e dizer que é uma grande satisfação estar aqui, neste momento, para falar sobre a questão das mulheres. Somos uma organização feminista, emancipacionista que luta há mais de 34 anos em defesa da democracia, dos direitos e pela vida das mulheres. A UBM foi fundada em 1988, no Congresso Nacional de Entidades Emancipacionistas de Mulheres, realizado em Salvador, contando com a participação de milhares de mulheres de todo o Brasil, realizado em um momento de grande mobilização pelos direitos das mulheres, na Constituinte. Lutamos por um Brasil diferente, parte de um mundo de igualdade, onde sua metade feminina não seja discriminada por sua condição de cidadã e trabalhadora. Lutamos por um Brasil que apague da sua face o sofrimento das trabalhadoras que não têm onde deixar seus filhos, o sofrimento das camponesas que sequer têm o seu trabalho reconhecido como produtivo, o sofrimento das trabalhadoras em geral, esgotadas pela dupla jornada de trabalho. Lutamos por um Brasil em que tenhamos acesso ao trabalho, salário justo de aperfeiçoamento profissional e o efetivo combate a discriminações contra mãe trabalhadora. Lutamos por um país que reconheça, na maternidade, uma função social, considerando os filhos como futuros cidadãos deste País e que o Estado e a sociedade assumam conosco a responsabilidade de educá-los e assegurar sua sobrevivência. Lutamos por um Brasil onde o fantasma da violência doméstica e sexual seja combatido com instrumentos públicos na defesa da vida e da dignidade da mulher. É preciso delegacias especializadas, assessorias jurídicas, conquistas a serem garantidas e ampliadas. Lutamos por um Brasil que assuma sua cor multirracial e que condene a discriminação contra a negra como expressão maior de atraso de um povo que tem a negritude como traço histórico e cultural. Somos todos Marielle.

(Não revisado pela oradora.)

SRA. JÚLIA D'ÁVILA: Fomos aliadas fundamentais durante os governos Lula e Dilma para construção de novas políticas públicas e avanços na defesa dos direitos das mulheres. Nos mantivemos firmes contra o golpe de 2016 e solidárias à Presidenta Dilma durante os ataques misóginos sofridos em seu processo de *impeachment*, nos mantivemos unidas e aguerridas nos anos que sucederam após o golpe, durante o governo Michel Temer e durante os atos de terror do governo Bolsonaro. Foram dias e noites de muita luta contra os desmontes nas políticas públicas e defendendo os direitos das mulheres. Em 2022, estivemos na linha de frente da eleição de Lula e das primeiras deputadas negras deste Estado. Estivemos representadas nesta Casa através de mulheres como Jussara Cony, Manuela d'Ávila, Bruna Rodrigues e Daiana Santos; hoje, ocupamos esta Casa com a presença de vereadoras como Abigail Pereira, que contempla a nossa tradição e a defesa da democracia e dos direitos das mulheres trabalhadoras, uma de das fundadoras no Estado do Rio Grande do Sul, e, representando a nossa atualidade, temos

Fabiola Loguercio, Tássia Amorim e Vivian Aires, do movimento coletivo. Essas mulheres não são tratadas como vereadoras nesta Casa, são impedidas de usar esta tribuna e de acessar este plenário. Essas jovens vereadoras têm o direito de acessar este plenário assim como qualquer outra vereadora desta Casa. Pedimos que tenham respeito pelas nossas mulheres, que respeitem as nossas vereadoras e que respeitem as gurias; nós somos o futuro do feminismo no Brasil! Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convidamos a Sra. Danuza Alhandra Silva e a Sra. Júlia D'Ávila a fazerem parte da Mesa.

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sr. Presidente, quero me dirigir a essas duas mulheres, e, saudando-as, eu saúdo todas as mulheres, Danuza e Júlia, essas valorosas companheiras, assim como todas as que estão aqui e que nos assistem pela TVCâmara, estas mulheres que constroem a União Brasileira de Mulheres no seu dia a dia, na defesa dos direitos das mulheres, na luta pela emancipação das mulheres, na denúncia contra a violência que sofremos cotidianamente. Eu quero aqui deixar registrado também que amanhã são cinco anos sem Marielle. A Marielle foi semente para nossa luta, nós continuamos a fazer essa denúncia e a buscar quem foram os mandantes da morte de Marielle e de Anderson. Nós, assim como eu, que ainda jovem, Júlia e Danuza, ajudei a fundar a União Brasileira de Mulheres e sigo nessa trilha, sabendo que tantas que vieram antes de nós, nós, que estamos aqui, pavimentando também essa estrada para todas que virão. Na semana que nós ainda estamos homenageando esta data que para nós é cheia de muitos símbolos. É luta, muita luta, mas é também nós comemorarmos a todas as conquistas que nós tivemos durante toda essa trajetória. Eu agradeço vocês, gurias, de virem aqui e colocar a União Brasileira de Mulheres, esta identidade nacional, que tem aqui, em Porto Alegre, o núcleo bastante forte que nos ajuda articular as lutas. Portanto, viva a luta das mulheres, viva a União Brasileira de Mulheres! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Hamilton Sossmeier; muito obrigado Júlia, Danuza, União Brasileira de Mulheres, luta importantíssima. E fundamentalmente agora, que no dia de amanhã, Presidente, nós temos a passagem dos cinco anos do bárbaro assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, no Rio de Janeiro. Isso nos remete a uma série de circunstâncias, desde a questão de gênero, importante, trazida aqui pela União Brasileira das Mulheres, para a questão do racismo, para a questão dos direitos humanos, para a questão das milícias que domina o Rio de Janeiro e para questão do governo Bolsonaro – tudo isso existe no homicídio de Marielle Franco, tudo! E a coragem da vereadora do PSOL que nos representa sempre.

Eu dizia sempre para o Ver. Roberto Robaina: o nosso partido é um antes de Marielle Franco e será outro depois. E somos outro, porque Marielle é o nome mundial, é nome de praça em Paris, na França, de renome mundial, a tragédia não esclarecida. Nós temos uma promessa, agora, do Ministro Flávio Dino, que é uma questão de honra do governo descobrir quem mandou o Ronnie Lessa atirar, ele está preso. Quem atirou está preso, mas quem o contratou não. Então é importante o registro que trazem aqui a Júlia, a Danuza, para nós, do PSOL, é fundamental. Cinco anos amanhã do homicídio de Marielle Franco e ainda não sabemos quem foram os autores intelectuais dessa tragédia. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, representantes da União das Mulheres Brasileiras. Eu creio que esta data, Presidente Hamilton, assim como o meu camarada Pedro Ruas mencionava, é uma data histórica e ela é muito cara para o PSOL, a data da morte da Marielle Franco é uma data cara para o nosso partido. Naquele momento, nós já tínhamos um deputado perseguido no País, que era o Marcelo Freixo. O Marcelo Freixo, quando liderou a CPI das milícias no Rio de Janeiro, que produziu mais de 200 presos, foi uma CPI histórica, uma CPI que funcionou de modo pleno, ele, a partir daí, foi ameaçado. Quando ele atuou contra as milícias, na condição de deputado do PSOL, isso é importante, porque quando Marcelo Freixo atua de modo radicalmente democrático, ele estava nas fileiras do PSOL, e a Marielle Franco foi assassinada sendo do PSOL. Quando isso ocorreu, nós pensamos que se abria a hipótese, na situação política, de começar a ter uma metodologia nova na política brasileira: o assassinato por diferenças políticas nos grandes centros urbanos. Nós sabemos que o Brasil tem casos de assassinatos políticos, mas a Marielle tinha tido um fator especial, tinha sido numa capital. Era vereadora de uma capital, envolvida em temas nacionais. Nós analisamos aquela situação, evidentemente preocupados com a possibilidade de haver uma mudança no regime político brasileiro, de passar a ter esse componente. Não é à toa que foi no Rio de Janeiro, porque no Rio de Janeiro, de fato, as milícias criminosas têm um poder tremendo na política, junto ao Legislativo, ao Executivo, ao Judiciário; o Rio de Janeiro tem esse quadro. Nós estávamos preocupados que isso se aprofundasse, se nacionalizasse. A vitória do Bolsonaro mostrou que esse risco era real, portanto, nós ainda temos esse elemento, o fato de que não se saiba até hoje quem mandou matar Marielle Franco é gravíssimo, porque mostra, no mínimo coloca sob suspeita, a possibilidade de que não haja vontade de se esclarecer. Por isso é tão importante a promessa do Ministro Flávio Dino, que é uma questão de honra do governo brasileiro descobrir e revelar quem mandou matar Marielle Franco. Nós vamos seguir nessa luta, como seguimos na luta durante os quatro anos do Presidente Bolsonaro, para que não se consolidasse um regime de extrema direita com características fascistas no

Brasil, vamos seguir lutando, vamos seguir lutando em memória de Marielle Franco, por todas as causas que a Marielle defendeu. Muito obrigado, Presidente Hamilton.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer da importância do tema que vocês nos trazem e apresentam agora de tarde aqui na Câmara, defesa da vida e do direito das mulheres, e os 5 anos da morte da nossa Marielle Franco. Quero cumprimentá-las pelo tema e parabenizá-las pela atuação da entidade, a UBM, vocês da direção, pela luta em defesa dos direitos da mulher. Solidarizo-me com vocês e me coloco à disposição aqui na Câmara, nós estamos juntos para tentar construir uma cidade mais justa e igualitária para todos. Um abraço, parabéns a vocês.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, saudando Vossa Excelência, saúdo a vinda da Danuza e da Júlia, que estão representando aqui a União Brasileira de Mulheres do Rio Grande do Sul com o tema defesa da vida e do direito das mulheres, enfatizando principalmente o aniversário de morte da Marielle Franco. Realmente, para nós, é muito caro a perda da vida de um cidadão, de uma cidadã, mas uma cidadã como Marielle Franco, com mandato, ser assassinada e, até então, não ser divulgado, descoberto ou estar às escondidas, eu creio que isso é lamentável. Acho que o governo federal tem um papel fundamental no esclarecimento desse processo. Creio que a população brasileira aguarda com ansiedade essa resposta para que, de fato, peguem não somente os verdadeiros assassinos, mas principalmente aqueles que ainda continuam tirando a vida de muitas mulheres, olhem só como está acentuado o feminicídio. Então, esta pauta é presente, urgente e necessária estar nas tribunas das Câmaras, do Congresso, enfim, em todas as comunidades e que o Estado brasileiro, todos os estados estejam preparados para dar a seguridade, a segurança e a proteção às mulheres que se sentem ameaçadas. Denunciem, tenham as medidas protetivas, mas, infelizmente, ainda não há tempo ou preparação de muitos estados brasileiros para efetivar as medidas protetivas, por isso é importante a pauta. Parabéns! Sejam bem-vindos à Casa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h37min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h40min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereadora Cláudia Araújo (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima segunda-feira e solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h44min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 547/21, com Veto Total, passar à votação Requerimento nº 023/23. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1226/21 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 547/21, de autoria das Ver.^{as} Daiana Santos, Bruna Rodrigues e Karen Santos, que integra os Territórios Negros que especifica ao Patrimônio Cultural do Município de Porto Alegre. (SEI 209.00181/2021-71)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver.^a Comandante Nádia: pela manutenção do Veto Total;
- da **CEFOR**. Relatora Ver.^a Biga Pereira: pela manutenção parcial do Veto Total;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Marcelo Sgarbossa: pela manutenção parcial do Veto Total;
- da **CECE**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela manutenção do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;

- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 08-03-23 (quarta-feira).

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 547/21, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Este projeto que trata de gravar os territórios negros da cidade de Porto Alegre, enquanto Patrimônio Cultural da nossa cidade, foi aprovado por unanimidade dentro desta Câmara de Vereadores; infelizmente a vontade da Câmara de Vereadores não dialoga com a vontade do Executivo que vetou completamente o projeto. Nós fizemos um requerimento de destaque, justamente por consultar os quilombos urbanos da cidade, que estavam se sentindo desprivilegiados no sentido de não ter ocorrido a consulta, como previsto na Convenção nº 169 da Convenção dos Povos, consulta obrigatória para mexer em qualquer plano urbanístico da cidade de Porto Alegre, consulta essa que é utilizada pelo governo Melo para vetar o projeto, ao mesmo tempo que nunca utilizou a Convenção nº 169 dos povos para mexer no plano urbanístico do 4º Distrito, no Centro Histórico, na Ponta do Arado, na construção das torres ao lado do Internacional, que vai impactar o Quilombo Família Lemos, que fica em frente ao Sport Club Internacional, ou seja, uma grande hipocrisia por parte do Executivo. Eu questiono os vereadores: quem conhece os oito territórios quilombolas da cidade de Porto Alegre, onde se localizam, quem são essas pessoas, e a importância de a gente conseguir minimamente pensar o desenvolvimento da cidade considerando a opinião dos povos originários. O nosso requerimento é justamente nesse sentido que, ao consultar as comunidades quilombolas de Porto Alegre, nos foi colocado: “Karen, não se trata apenas de ser patrimônio cultural, nós queremos áreas de interesse social, áreas de interesse cultural, que o Município desafete áreas quilombolas que hoje são de próprio Municipal, como o Quilombo do Areal, como o Quilombo Família Fidelix, como o Quilombo da Família Lemos”. Ou seja, não se trata somente de colocar enquanto patrimônio cultural da cidade. Nesse sentido é que nós fizemos este requerimento, para que se mantenha o projeto Territórios Negros, projeto esse já executado há mais de uma década na cidade de Porto Alegre, inclusive a coordenadora Adriana Santos, uma das pessoas que ajudou a formular e dar vida a esse projeto, hoje trabalha dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social, coordenadora da pasta de negros e negras do governo Melo. Ela foi uma das pessoas que nos ajudou a construir este projeto e, junto com a historiadora Dani Vieira – municipal, trabalhadora da Secretaria Municipal de Educação –, na execução do projeto Territórios Negros. Ou seja,

o argumento que o governo Melo utiliza para vetar completamente o projeto é infundado na prática do próprio governo Melo, que não utiliza nem de audiência pública, nem de consulta aos povos para mexer no plano urbanístico da cidade. A hipocrisia é: quando a gente pensa o avanço da demarcação desses territórios, da valorização desses territórios, nós temos um veto completo do Executivo e uma Câmara que votou por unanimidade a aprovação desse projeto tendo que se submeter às vontades de um prefeito racista que não conhece a realidade dos territórios negros e da população negra da nossa cidade. É fundamental retirar os quilombos dessa plataforma – os quilombos têm outras demandas de terra, território e patrimônio – e a gente conseguir avançar na valorização cultural, política e social dos demais territórios que estão listados no projeto. Nosso requerimento é para que se retire os quilombos e se mantenha o projeto original, ou seja, contra o veto do prefeito.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para discutir o PLL nº 547/21, com Veto Total.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, este debate do projeto apresentado pela nossa ex-vereadora, hoje deputada federal, Daiana Santos, pela deputada estadual, Ver.^a Bruna Rodrigues e pela nossa Ver.^a Karen, diz respeito, exatamente, a essa importante lembrança de que o mapeamento desses espaços é fruto de um estudo acadêmico. Ele foi redigido baseado em fontes orais e escritas sobre a história dos territórios negros em Porto Alegre, trazendo aqui uma reflexão sobre a invisibilidade, a ausência de registros formais que conservam e mantém viva a riqueza cultural desse espaço, razão pela qual foi criado esse projeto.

O Plano Diretor, como a Ver.^a Karen aqui expressou, mexe no regime urbanístico, nas regras para se construir uma cidade, e quando se mexe nisso, se faz numa proposta globalizada que pense em toda cidade, incluindo os recortes de gênero e de raça, dentre outros. É necessário, portanto, se pensar a cidade de maneira coletiva, que considere, de fato, o que é melhor para a população de Porto Alegre. Infelizmente, o prefeito Sebastião tem se revelado um verdadeiro síndico, um gestor de contratos, e a prática tem sido defender os interesses econômicos em detrimento da população, o que é recorrente deste governo.

Nós entendemos que o projeto dos territórios negros é meritório, levando em consideração toda luta, representatividade e o papel da população negra que possui na história da construção desta cidade. Portanto, votamos pela manutenção parcial do veto, para que sejam reconhecidos os territórios negros, constantes no Anexo 1 como patrimônio cultural de Porto Alegre, com exceção dos territórios quilombolas dispostos no Anexo 1 deste projeto de lei. Esta é a nossa declaração aqui e nós fizemos isso consciente, conscientes de que os interesses que o prefeito tem sido tão generoso com os empresários e não com os servidores públicos e com a população, Melo adota guilhotina para implantar mudanças neoliberais no nosso Município subordinando o Executivo Municipal aos interesses privados. Portanto, é necessário aqui nós pensarmos esta cidade

coletiva e reconhecemos o trabalho, a construção desta cidade pelos negros e negras. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h54min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h55min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, que solicita que sejam votados em destaque os itens 10, 14, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 do Anexo do PLL nº 547/21, com Veto Total.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Colegas vereadores, vereadoras, a construção feita, a partir da consulta aos povos, foi justamente a retirada dos quilombos, as oito comunidades quilombolas, anexa ao veto do prefeito. Nesse sentido nós queremos encaminhar a votação contrária neste requerimento, no sentido de tirar as comunidades que não foram consultadas no processo de construção desse projeto de lei. Nesse sentido, peço apoio aos colegas para que a gente avance na discussão de uma cidade mais equitativa e que se respeitem os protocolos, assim como as audiências públicas para mudanças importantes no plano urbanístico da nossa cidade. É reconhecer a vontade do Quilombo dos Machado, do Quilombo da família Ouro, do Quilombo da família Flores, do Quilombo da família Lemos, do Kedi, do Areal da Baronesa, de todos os territórios que estão em processo de autodeclaração e estão na luta pelos seus territórios ancestrais. Nesse sentido, o encaminhamento de voto contrário.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, Ver.^a Karen que antecedeu, eu gostaria de pedir atenção do plenário da Câmara porque nós estamos diante de uma votação muito importante para a cidade, muito importante para a população negra de Porto Alegre e um

tema, no procedimento de votação, bastante embaraçoso. Por isso peço atenção dos colegas vereadores e vereadoras porque foi apresentado aqui nesta Casa, ainda em 2021, pela Ver.^a Karen, pela Ver.^a Bruna e pela Ver.^a Daiana um projeto que reconhece os territórios negros da nossa cidade. Isso é uma medida, Ver. Oliboni, Ver.^a Biga, que tem o sentido de combater a invisibilidade, o apagamento histórico da contribuição de negros e negras que construíram a cidade de Porto Alegre. E nós recebemos aqui, na Câmara, infelizmente, um veto integral do prefeito Melo a esta importante proposição. Ocorre que, assim como apresentou a Ver.^a Karen, nós estamos apresentando este requerimento justamente para que se respeite a posição, o acúmulo e a legislação em torno dos territórios quilombolas da cidade. O que nós pedimos aqui é que no requerimento apresentado pela Ver.^a Karen esta Câmara vote “não”, justamente criando as condições para que a gente tenha, na verdade, aqui no dia de hoje, um veto parcial do prefeito Melo ao projeto e, dessa forma, nós garantiremos que a sinalização da Câmara de Porto Alegre seja de reconhecimento à contribuição histórica do povo negro da nossa cidade na construção da capital do Rio Grande do Sul. Por isso eu reforço o pedido e encaminho, pela bancada do PCdoB, o voto “não” no requerimento apresentado pela Ver.^a Karen e o voto “sim” no projeto de lei que nós aprovamos por unanimidade aqui, para que a gente honre o legado, a história e a contribuição dos negros e negras que constroem esta cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, queria falar para os colegas que estão acompanhando a sessão sobre este tema, só uma orientação – falei pelo WhatsApp, mas talvez alguns não tenham conseguido ler. É importante que a gente vote em bloco essa questão, senão vamos arrastar essa discussão a tarde toda, por isso solicito que os vereadores votem “sim” ao bloco, para a gente poder votar em conjunto. A vereadora tentou destacar, a gente está pedindo para que, se os vereadores entenderem que pode ser assim, a gente mantenha o bloco, e votarmos de uma forma única. E quero mencionar que, embora meritório o tema, queria só lembrar, porque foi falado aqui pela vereadora que foi aprovado por unanimidade: sim, mas não; foi aprovado de maneira simbólica. Não teve a individualização dos colegas naquele momento, embora tenha sido por unanimidade, foi simbólico. Eu me anunciei no momento, mas foi feito naquela ocasião por votação simbólica. Eu acho que a gente está chegando no momento certo de fazer essa discussão, por isso eu acho que talvez a reprovação dele neste momento não seja errada, por isso que venho aqui de maneira respeitosa falar com relação à colega, porque no Plano Diretor é o local adequado para a gente fazer essa discussão, no Plano Diretor é onde se faz o zoneamento de cada região e tal. Por isso eu acho que nós mantermos o veto neste momento é permitir que essa discussão seja feita num local adequado, que é o próprio Plano Diretor. Então os vereadores que mantiverem o veto não

estarão indo contra o anseio, embora o anseio seja legítimo. Estarão dando a oportunidade para ser discutido no local adequado, que é o Plano Diretor, porque não pode uma lei de autoria do Legislativo alterar uma questão de zoneamento tão importante que é tratada no Plano Diretor. Então, só para esclarecer, nós discutiremos esta questão no foro adequado, que é o Plano Diretor, que vai ser tratado nos próximos meses aqui, pela Câmara. Então, a manutenção do veto não é ofensiva ao tema, na verdade, vai deixar com que o tema seja tratado no local adequado. Só peço para vereadores manterem o bloco e o veto, para a gente poder discutir isso no Plano Diretor, que é o local adequado. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Como há algumas dúvidas, o Dr. Luiz Afonso explicará melhor este encaminhamento.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O que está em votação é o requerimento dos destaques. Como funciona? Se o requerimento for aprovado, os itens que estão destacados serão votados separadamente. E aí os vereadores e vereadoras poderão aprovar ou rejeitar os itens. A orientação da Ver.^a Karen é no sentido de que os itens constantes do bloco sejam rejeitados. Mas, neste momento, nós estamos votando apenas o requerimento de destaque.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Desculpe a minha hermenêutica não é tão boa assim para interpretar o que V. Exa. está dizendo, mas, se votar “sim” ao requerimento, o que acontece?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Estará formado o destaque, os itens estarão destacados.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Se votar “não”?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não terá destaque.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Votamos em bloco, *o.k.* Então o governo orienta a votar “não”.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jessé Sangalli, o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL n° 547/21, com Veto Total.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, mais uma vez que o governo Melo erra, erra feio, porque não compreende a

riqueza da construção de Porto Alegre, não entende. Eu até estou compreendendo porque ele chega a este veto, porque ele não tem identidade real com o povo de Porto Alegre, ele não se enxerga como Porto Alegre, não se vê como porto-alegrense, ele se vê como alguém que está aí, num cargo. É por isso que hoje, por exemplo, nós temos dezenas de escolas sem merenda, Ver.^a Karen, ele não se importa com o filho do trabalhador. Será que ele vai se importar com os territórios negros? Vai se importar com mais de 26% da população que é negra nesta capital? É claro que não! Claro que não! Porque ele está com a vida ganha, está legal, ele não precisa se preocupar com os quilombolas da cidade; não precisa, porque, afinal de contas, ele nem mora perto desses territórios, não tem identidade alguma. Então, aqui se trata de uma pauta ideológica para o prefeito. Ele trata política pública como ideologia e se soma, de novo, ao que ainda resta em putrefação no Brasil, que é o bolsonarismo. Ele se fecha com esse grupo que não quer política pública, não quer respeito às identidades do povo e muito menos através do poder público garantir que cada um seja o que é no território onde se delimita. Então, tu achas que o prefeito vai incentivar a cultura, processos educacionais característicos, ou ainda a própria economia, microeconomia de diversas regiões locais? Não! A característica do Melo é do balcão, negócios de balcão, cidade à venda. Vai aqui no Parque Harmonia, tem um maquinário ali, uma vergonha! Onde eram árvores e gramados agora é terra para virar estacionamento. É assim que ele trata a cidade de Porto Alegre, tudo deve virar lucro, se não tem lucro, e aqui não tem lucro, ele não quer botar orçamento! Ele não pode botar o orçamento, porque o orçamento da Prefeitura está sequestrado para interesses privados. Não pode inovar, não pode olhar para os mais sofridos, não pode olhar para quem precisa, porque ele tem que olhar para os abonados, como ele tem feito. Mandou R\$ 100 milhões para as empresas privadas e é claro que ele vai botar a justificativa de que não tem recurso. Então, eu não me engano mais! Lá, no primeiro mês de governo, até me enganei, porque ele veio aqui subiu, sentou à Mesa, conversou, disse que ia ser do diálogo, mas ele passa uma patrula em cima de tudo o que vem da oposição. E eu quero dizer mais: a oposição nesta Casa é 27% desta cidade – eleição de 2020 –, ou seja, nós representamos os anseios legítimos da população da minoria, que, por detalhe, não ganhou a eleição – detalhe, poucos votos, menos de 2%. O senhor tem que ficar alerta, porque o senhor está virando as costas para uma parcela da população que, através dos nossos projetos, quer ver uma cidade melhor. Então, eu gostaria mesmo que os vereadores aqui não ficassem cabresteados pelo governo, porque tem fulaninho ou beltraninho na secretaria, não, votem com a consciência cidadã, pela pluralidade, pela boa construção do futuro. Um projeto extremamente importante para o povo negro de Porto Alegre, e mais do que isso, para o reconhecimento verdadeiro da diversidade. Não adianta ir com o chapéu de palha, subir os morros, ir nas vilas, visitar comunidade que vai limpar esta mancha que o senhor coloca, de novo, sobre um projeto importante para Porto Alegre e que o senhor trata como um projeto inimigo. Está equivocado, erra mais uma vez, erra feio, mas felizmente o povo não erra. O povo sabe muito bem o que está acontecendo, está vendo, e nós estamos ajudando também a perceber muita coisa.

Como o PT vai votar contra o veto, gostaria de ver mais pessoas sem cabresto aqui, votando contra o veto do prefeito.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL n° 547/21, com Veto Total, por cedência de tempo do Ver. Roberto Robaina.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Eu não ia me inscrever, mas me inscrevi para dialogar com a fala do Ver. Jessé. Tivemos um encontro dentro do espaço de avaliação do Plano Diretor da cidade e, justamente, esse é um dos argumentos que o governo utiliza para vetar esse projeto, que vai ter um espaço destinado a construir esses patrimônios culturais da cidade. Quem está participando do processo de avaliação do Plano Diretor, pela forma com que ele está sendo conduzido, já está percebendo que não tem a participação, não está tendo a participação de indígenas, de quilombos. O espaço foi na PUC, com inscrições reduzidas, restritas, em horário de trabalho de boa parte da classe trabalhadora de Porto Alegre. Então, vir com esta balela de que a população vai participar do Plano Diretor e de que vai ser um espaço democrático, não vamos mentir para nós mesmos.

Segundo, o veto do prefeito é um tratado à democracia, fala de audiência pública, fala de Plano Diretor, fala da consulta aos povos, questiona os colegas vereadores da Casa. Quando isso foi colocado em prática, de fato, na mudança do plano urbanístico do 4º Distrito? Quando isso foi colocado em prática na mudança do Plano diretor do Centro Histórico, para possibilitar a construção, lá na Ponta do Arado, sabendo que tem um sítio arqueológico indígena dentro daquela região? Ou seja, nunca foram utilizados os argumentos de justificativa que o Melo, hipócrita, vem colocando justamente para barrar o projeto da oposição, que trata de valorizar a presença, a construção, o fortalecimento de vínculo de um programa que existe há quase 10 anos na cidade de Porto Alegre. O programa Territórios Negros não é do Melo, não era do Marchezan, não é da UFRGS, não é da Procempa. O projeto Territórios Negros é um projeto patrimônio da cidade de Porto Alegre, que é executado junto à rede municipal de educação há quase 10 anos...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Mônica Leal.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Me questionaram se eu dou o aparte?

(Aparte antirregimental da Ver.^a Mônica Leal.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Respeito é pedir um aparte.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Mônica Leal.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): O pedido de aparte tem que ser feito. Respeito acho que precede, inclusive, da senhora. Pelo amor de Deus, exigir respeito e atravessar a fala de uma vereadora na tribuna porque tem uma opinião sobre a minha fala? Por favor, Ver.^a Mônica! Por favor!

Posso continuar minha intervenção? Segura o meu tempo. Respeito. E outra: te convido a subir à tribuna e fazer a defesa. A senhora que votou, num primeiro momento, a favor do projeto, e agora se submete ao veto do prefeito sem questionar qual a concepção...

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver.^a Karen, eu vou desconsiderar o aparte porque ele tem que ser concedido pela vereadora. Está garantido o seu tempo.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Por gentileza, né? Um projeto para nós, da cidade de Porto Alegre, da rede municipal, das comunidades negras, das escolas de samba, dos terreiros de matriz africana, boa parte da população que trabalha, paga seus impostos, sustenta esta cidade nas costas, inclusive, paga o nosso salário. É desse povo que nós estamos reivindicando que seja patrimônio cultural o legado de construção que esse povo tem e teve para a cidade de Porto Alegre. Mas se o Município não reconhece a importância da construção do povo negro na manutenção do Mercado Público, da Redenção, da antiga Ilhota, pelo amor de Deus! É ter que debater com Parlamento majoritariamente composto de pessoas brancas, endinheiradas, que não têm relação nenhuma com esse pertencimento da maioria do nosso povo. Infelizmente a gente vai ter que enfrentar isso novamente no Plano Diretor, mas que fique exposta aqui essa ferida de Porto Alegre, a forma com que os parlamentares pensam o desenvolvimento da nossa cidade e como os parlamentares da nossa cidade pensam a presença e a contribuição das pessoas negras dentro desse território.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLL nº 547/21, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Sr. Presidente, vereadoras e vereadores, já manifestei quando encaminhei aqui o requerimento, parte central da minha opinião e da opinião do PCdoB sobre essa discussão, mas eu considero, Ver.^a Karen, que o que acabou de acontecer aqui é grave, é inadmissível. E eu quero começar registrando isso, que uma parlamentar na tribuna, ao fazer a sua manifestação em discussão, seja interrompida, sem a concessão do aparte pela oradora na tribuna. Eu não consigo compreender que quem reivindica a respeito a esse Parlamento tem uma postura como essa; por isso faço questão de destacar isso, porque não pode ser naturalizada a forma como a Ver.^a Karen foi interrompida aqui na tribuna. E para fazer a discussão, Ver.^a Karen, aqui no encaminhamento, é importante que a gente

resgate, na verdade, a trajetória dessa Câmara Municipal, porque muito aqui tem-se alegado a constitucionalidade ou a legalidade nessa discussão. Ocorre que esta Casa aqui, quando o Supremo Tribunal Federal já tinha decidido que nem pai, nem mãe poderiam tirar seus de dentro da escola; essa casa não considerou a legalidade, ao aprovar o *homeschooling*. A Prefeitura não considerou a legalidade para, inclusive, sancionar e regulamentação *homeschooling* nesta Cidade. Por isso, justamente por não prezar pela legalidade, que isso foi interrompido na justiça, esse absurdo que Porto Alegre viveu; agora, esse argumento é colocado em evidência. E, ao colocar esse argumento em evidência, se desconsideram as razões pelas quais esse projeto foi aprovado por unanimidade na Câmara de Porto Alegre, justamente porque garante visibilidade e reconhecimento aos negros e negras, que construíram e constroem Porto Alegre. É importante, nesse momento, lembrarmos de Oliveira Silveira, filho dessa terra, que deu uma contribuição nacional para o nosso País, com a constituição do Dia da Consciência Negra. São homens como Oliveira Silveira que são invisibilizados hoje na nossa cidade; por isso esse projeto é tão importante. Através da Ver.^a Karen, apresentamos um requerimento que daria condições para votação desse projeto, mas infelizmente a base do governo rejeitou, inclusive, o requerimento que permitiria a votação adequada desse projeto de lei. Então, neste momento, ao encaminhar pelo PCdoB, o grande recado que nós gostaríamos de dar é exatamente da nossa insatisfação com o que se encaminha para acontecer aqui, que é um desrespeito à história do povo negro dessa cidade com a possível não aprovação dos Territórios Negros da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 547/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Quero, primeiro, me solidarizar à Ver.^a Mônica Leal, que se sentiu ofendida, pediu aparte ali, e até a vereadora aqui acabou se sentindo ofendida, não queria fornecer o aparte. A gente tem que lembrar que muitas vezes isso acontece, é muito comum a esquerda se atravessar tentando desautorizar a fala dos outros vereadores que também são tão vereadores como aqueles que têm mais voto e que estão na tribuna, como aconteceu recentemente com o Ver. Pedro Ruas, interrompendo a fala do colega Tiago Albrecht durante sua fala. Então a gente tem que pegar e deixar numa mesma régua: ou pode ou não pode; se não pode, não pode, e não pode para todos. Não pode é não poder para a direita, mas poder para a esquerda, porque senão seria um preconceito contra aqueles que detém tanta legitimidade em representar a sociedade nesse parlamento quanto outros, e parece que muitas vezes eles protegem a esquerda fazendo com que eles tenham a permissão poética, entre aspas, de interromper os colegas da direita porque supostamente estejam defendendo um bem superior. Pelo que eu entendo, todos aqui têm o mesmo voto, a mesma representatividade, a mesma legitimidade, e me solidarizo com a Ver.^a Mônica Leal, que, em um estímulo de tentar desfazer uma injustiça na interpretação dela, pediu que a vereadora que estava na tribuna retirasse a palavra hipócrita como um adjetivo ao prefeito Melo, pois ela não

concorda, e eu acho que 70% da cidade de Porto Alegre não concorda, pelas pesquisas que nós temos observado nos últimos meses. Então, só para deixar claro: se pode, pode para todos, não somente para vereadores de esquerda, e se não pode, não pode para todos, e nós temos que encontrar no Regimento uma forma de punir os vereadores de esquerda que quando fazem isso têm a mão passada na sua cabeça. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jessé Sangalli, o PLL nº 547/21, com Veto Total. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** o projeto por 22 votos **NÃO** e 12 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Total.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Presidente, gostaria de requerer, dialogado com o vereador, líder da oposição, também com o Ver. Idenir Cecchim, com a Ver.^a Cláudia Araújo e, no mesmo espírito do requerimento apresentado pelo Ver. Tiago, a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 041/23, do Requerimento nº 042/23, do Requerimento nº 023/23, do Requerimento nº 047/23 e do Requerimento nº 018/23. Após retornaremos à ordem normal. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, Sr. Diretor Legislativo, pelo que eu vejo são requerimentos requerendo sessões solenes, homenagens, eu queria pedir para votarmos em bloco os requerimentos, tem um acordo com o líder da oposição também.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o bloco composto pelos seguintes requerimentos: Requerimento nº 041/23, Requerimento nº 042/23, Requerimento nº 023/23, Requerimento, nº 047/23 e Requerimento nº 018/23 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB) (Requerimento): Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) 28 vereadores presentes. Há quórum.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem dos trabalhos, para que o PLL n° 443/22 seja o próximo a ser votado. Após, retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0909/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 443/22, de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à Sra. Isabela Coronel Amilivia Fogaça de Medeiros. **(SEI 035.00082/2022-81)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 08-03-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL n° 443/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, o PLL n° 443/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 36 votos **SIM.**

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Sr. Presidente, quero agradecer aos colegas por uma das maiores votações, foi unanimidade o voto de cidadã para a Sra. Isabela Fogaça. Obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Somente para registro: os requerimentos que foram aprovados no bloco das homenagens são os Requerimentos n°s 041/23, 042/23, 023/23, 047/23 e 018/23.

O próximo projeto é o Requerimento n° 036/23. Será apenas votação, pois os encaminhamentos já estavam encerrados.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Eu queria fazer um apelo aqui: ninguém é obrigado a votar a favor ou contra, mas vamos votar, não vamos tirar o quórum, senão vamos prejudicar todos os outros projetos que estão na fila.

VOTAÇÃO

REQ. Nº 036/23 – (Proc. nº 0134/23 – Vers. Alexandre Bobadra e Tiago Albrecht e Ver^{as} Fernanda Barth e Comandante Nádia) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao requerimento protocolado no Congresso Nacional que visa a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, ocorridos em Brasília.” (SEI 222.00023/2023-69)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina, o Requerimento nº 036/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Requerimento por 17 votos **SIM**, 2 votos **NÃO** e 11 **ABSTENÇÕES**.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a esta Câmara, porque o Presidente Lula e seu governo estão criando um Mensalão 2.0, Presidente, e utilizando estatais, como a Codevasf, que é do Vale do São Francisco, que trata com pessoas pobres, enfim. Então eu quero agradecer pela aprovação desta Câmara. Muito obrigado pela aprovação! Mensalão 2.0, não!

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, eu queria fazer uma justificativa do voto, até por que ouvindo aqui o colega, nobre Ver. Tiago, ele confunde. Aqui, este momento, é para justificar o voto ou para requerimento. Se é para fazer o debate, nós podemos fazemos muito bem da tribuna, sobre quem é que teve mensalão escondido. Eu queria dizer que o nosso voto, tanto do Ver. Jonas quanto o meu é “não” porque, infelizmente, o pedido de CPI é sobre o fato de uma hipótese de querer dizer que o Lula e o Ministro da Justiça sabiam do entendimento. Nós queremos investigar, na verdade, é a tentativa de golpe. Essa é a verdade.

Vereador Alexandre Bobadra (PL): Quero deixar registrada a nossa declaração de voto aqui, é importante para democracia. E quero agradecer aos vereadores que, de forma consciente, votaram a favor dessa moção, que é importante para o Brasil. Vamos apurar os fatos para que os verdadeiros culpados por imprudência, negligência e imperícia possam ser culpados.

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0685/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 055/22, de autoria da Mesa Diretora, que altera o Anexo I da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, modificando, nos requisitos para o recrutamento para o cargo de Eletrotécnico, a exigência de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA - RS) para exigência de registro no órgão de classe. **(SEI 014.00015/2022-88)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 07-12-22.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o PR nº 055/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLL nº 022/21.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 022/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0088/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 022/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, que estabelece a obrigatoriedade de realização do processo seletivo público para estágios não obrigatórios da Administração Pública Municipal. **(SEI 210.00037/2021-22)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE e CEDECONDH**. Relatora-Geral Ver.^a Daiana Santos: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e,

quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 13-07-22.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o PLL nº 022/21. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu estimado, Presidente Moisés, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; quero registrar o meu abraço fraterno ao Jonas Reis, o nosso vereador proponente do projeto que tem por proposta a obrigatoriedade de realização de processo seletivo público para estágios não remunerados na Prefeitura. Registremos a emenda da Ver.^a Mari, que eu não sei o teor. Com relação ao projeto, o estágio, Ver. Jonas, é basicamente para jovens sonhadores e sonhadoras, que buscam no estágio um dos primeiros passos para sua preparação profissional e pessoal também. Conheço muitos jovens, inclusive meu filho, que tiveram êxito, grande sucesso na sua carreira pelo estágio que fez na sua área; hoje, com LinkedIn, gente lá do exterior o chamou para trabalhar lá porque precisava de alguém com essa formação e experiência. Muito bem. Eu tenho cá minhas grandes dúvidas, ainda não cheguei a uma conclusão maior, mas tenho minhas grandes dúvidas com relação a esse processo seletivo público. Por quê? Queiramos ou não, nós temos uma camada da sociedade que tem bem mais possibilidade de preparo dos seus filhos do que outra que mora principalmente nas periferias, que tem uma dificuldade bem maior na sua formação, mas que tem, sim, o básico dessa formação, e essa formação, é dela que eles dependem para o crescimento pessoal e profissional. A minha dúvida é se esse processo seletivo não vai afastar da possibilidade de estágio pessoas que têm uma dependência enorme no estágio para sua formação e experiência, porque todos sabemos que o processo seletivo nas empresas privadas tem, sim, um olhar mais para aquele que tenha um melhor preparo; portanto, acredito que dar uma oportunidade a esses jovens é uma contribuição extraordinariamente grande que a Prefeitura pode dar; acredito que esta seleção dos escolhidos, sem submissão a um processo de teste, é bem mais democrática; claro, se for feito com o cuidado, o respeito e avaliação para alcançar também, principalmente aqueles que mais precisam. Portanto, vou ouvir; ainda não tenho, repito, uma posição formada, mas tenho uma preocupação, sim, com este olhar da nossa juventude mais carente, que precisa da nossa presença e participação. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 022/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, que acompanha este debate, muitos trabalhadores, trabalhadoras da cidade, às vezes, nem sabem que existem os cargos de estagiários em vários setores da Prefeitura. Sabe como é que os

cargos desses estagiários são preenchidos; muitas vezes indicações e não seleção ampla, pública e irrestrita para quaisquer pessoas. Nós precisamos ter seleção; para ser professor no Município, participa de processo seletivo ou concurso; para ser médico, participa de processo seletivo ou concurso; para ser enfermeiro, participa de processo seletivo ou concurso. Por que para estagiários vamos trabalhar só com indicações. Aqui na Câmara de Vereadores estamos dando exemplo, aqui é processo seletivo; todo mundo se inscreve, participa de uma prova, forma-se uma lista, e os setores chamam e fazem uma segunda etapa, que são as entrevistas com as pessoas, mas elas participam no processo seletivo, e todo mundo tem o direito de participar. É um cargo público o estágio, é remunerado com dinheiro dos impostos, então não pode um fulano ou um beltrano achar que os estagiários do seu setor, um secretário achar que os estagiários da sua secretaria, são CCs. Não são, é diferente! CCs são importantes? São! São os cargos comissionados de confiança, o gestor vai lá, nomeia um advogado, nomeia um técnico para constituir o corpo técnico da sua pasta de gestão. Agora um estagiário, não, o estagiário tem que ser qualquer cidadão que queira prestar um serviço público para a cidade, aprendendo, porque o estágio é para aprender, é um espaço que tu vais construir. Aí nós vamos deixar este espaço somente para afiliados políticos? Não dá, por isso esse processo. Na verdade esse projeto é para adequar à legislação nacional, à [Lei Federal nº 11.788/2008](#), e também ao Decreto Federal nº 9.427, do governo Bolsonaro. Então nós queremos, na verdade, aqui, abraçar a diversidade, prevendo... Não tem amarras, Ver. Airto, mas seu art. 1º diz que fica estabelecida a obrigatoriedade da realização de processo seletivo público – não é concurso – para estágios não obrigatórios, que é aquele remunerado, na administração pública de Porto Alegre. O parágrafo único – e aqui nos interessa muito – diz que o processo de seleção pública obedecerá aos seguintes princípios, que são princípios que regem as seleções: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Então o art. 2º diz que o recrutamento para as vagas de estágio não obrigatório será feito por meio de processo seletivo simplificado, mediante prévia convocação por Edital – vai um edital a público e a cidade fica sabendo, a sociedade, que diversos órgãos vão fazer as suas seleções. Não há nenhum tipo de amarra, de como vai ser na educação, na saúde, não, cada secretaria vai criar o seu processo, mas será um processo seletivo. Até porque, hoje, tem empresa que não paga os estagiários, vocês sabiam disso? Hoje tem uma empresa de terceirizados da Prefeitura, a SLP, que deveria neste momento estar prestando serviço de merenda e alimentação escolar, e nós temos dezenas de escolas sem alimentação porque a empresa não pagou os servidores. E aí diz que Prefeitura não pagou a empresa, e o que aconteceu? Os alunos estão sem alimentação, as famílias tiveram que buscar as crianças que teriam aula o dia inteiro, mas as do turno integral tiveram aula só de manhã. Então nós temos que ter uma construção para melhorar a cidade, e esse projeto, a ideia dos estágios, é isso; chega de cabresto, chega de afiliado; se quer ter afiliado, cria mais CCs, inclusive têm muitos CCs, na Prefeitura, no Estado.

Eu queria a sensibilidade dos colegas aqui para entender que estágio não é puxadinho, não é extensão, não é para convidar o amigo do meu cabo eleitoral, que daí eu indico e ele entra lá numa secretaria para fazer estágio. Gente, vamos deixar para fazer voto na eleição, mostrando o que se fez e não oferecendo cargos. Esse projeto é para isso,

para acabar com cabide de emprego de estágio e ser processo seletivo, como na Câmara de Vereador tem, já há dois anos, inclusive, parabéns a essa Legislatura que instalou isso aqui. Parabéns a todos os 36 vereadores que estão nesse caminho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Quero saudar aqui, é muito recorrente vermos os ex-presidentes Tessaro, ex-vereador Cassio, também o nosso sempre vereador Nedel, mas hoje temos a presença ilustre do nosso sempre vereador e Presidente, Reginaldo Pujol. (Palmas.)

A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLL nº 022/21.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadores, público que nos acompanha. Nós do Partido NOVO, por sermos independentes, nós somos dependentes do que nós acreditamos, nossos princípios e valores, e não depende de que partido nós vamos votar contra ou a favor e sim sobre ideia, se ela é boa para a cidade, se ela é boa para o Estado, ou se ela trazer desenvolvimento ou qualidade. E essa ideia que vem do vereador traz realmente uma ideia que é um projeto de lei que deveria ser implementado no Município de Porto Alegre, porque muitos dos contratos são por uma entrevista, são sem critérios, são por indicação política, e onde estão os estagiários aqui no município de Porto Alegre? O seu filho, a sua filha tem um estagiário cuidando dela numa escola. É. Nós precisamos de estagiários. Eles prestam um excelente serviço na educação, cuidando das crianças na educação infantil, ajudando aquela professora volante, quando ela precisa se ausentar por alguns minutos. Nós temos estagiários também com alta qualificação, trabalhando com os alunos de inclusão, mas nós precisamos ter realmente uma maneira de qualificar através de provas. Quem será o estagiário que estará zelando pelas nossas crianças na educação? Que estagiário estará na saúde? E quando a gente traz essa pauta, nós trazemos uma lei que já é federal e que não está sendo aplicada no Município, está sendo aplicada, sim, aqui na Câmara de Vereadores, no Ministério Público, em diversos entes federativos, mas, por acaso, aqui na Prefeitura não está sendo considerada esta lei federal. E tendo em vista a importância deste projeto para a cidade de Porto Alegre, para que cada pai e cada mãe saibam que aquele estagiário que cuida do seu filho passou por uma prova, eu tenho encaminhado voto “sim” à Emenda nº 01, de nossa autoria, e encaminhamos voto “sim” também ao projeto devido a importância desta emenda e também de adequar ao sistema de provas também para os estagiários. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 022/21.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde Ver. Moisés, na presidência dos trabalhos; demais vereadores, público nas galerias, público que nos assiste pela TVCâmara, subo aqui nesta tribuna, Ver. Jonas Reis, autor do projeto, vereador do

PT, professor, diz que é músico – não é, Ver. Jonas –, para dizer que vou votar favorável ao seu projeto, Ver. Jonas, e defender o projeto porque eu acho importante que tenha um processo seletivo. Primeiro, dizer que o estágio é algo muito importante na vida, principalmente, daqueles estão começando suas carreiras e, mais do que ser importante também, temos a convicção de que um processo seletivo vai dar oportunidade a todos e não privilegiar a um grupo de pessoas. Somos totalmente favoráveis ao processo de seleção e por isso votaremos favoráveis ao seu projeto. Também votarei favorável à emenda da Ver.^a Mari, porque V. Exa., Ver. Jonas, quando fez o projeto já criou a regulamentação do projeto na ânsia de construir como fazer e acaba tendo uma inconstitucionalidade porque, aprovando o projeto na íntegra, nós estaríamos dizendo como o Município deveria fazer essa seleção. Então, acreditamos que deixar a regulamentação para que o Município crie a forma como vai fazer a seleção, criando depois seu banco de dados, chamando as pessoas melhores colocadas naquelas funções. Também quero dizer que nem poderia votar contra, Ver. Oliboni, porque a regulamentação, aqui na Câmara de Vereadores do processo seletivo, foi projeto de nossa autoria, em 2015, quando fui Presidente desta Casa. Então foi uma ação que nós fizemos junto com a Mesa Diretora do processo de seleção na Câmara de Vereadores. Parece que a Prefeitura está demorando um pouquinho mais, mas V. Exa. fez um bom projeto, votaremos favoravelmente e peço aos vereadores que também votem favoráveis ao projeto do Ver. Jonas Reis por trazer transparência ao Município de Porto Alegre nas questões dos estágios. Parabéns, vereador, e votaremos favoráveis tanto no projeto como na emenda da Ver.^a Mari.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, queria fazer uma pergunta ao Ver. Jonas e ao diretor legislativo também. Esse processo de seleção é classificatório ou eliminatório?

Vereador Jonas Reis (PT): Para explicar, o projeto não prevê nada disso, fica a critério de cada secretaria ver como vai fazer, mas tem que fazer um edital público para que todos que queiram emprego, no caso de estágio, possam saber que aquela secretaria está oferecendo vaga. Aí os critérios do edital, cada secretaria, conforme a sua necessidade, fará.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Queremos saudar também a presença do nosso sempre colega, presidente agora deputado estadual que está aqui conosco, o Dr. Thiago.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLL n° 022/21.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Boa tarde, Sr. Presidente, colega aqui e acolá, Moisés Maluco do Bem; Sr. Luiz Afonso, nosso 37, colegas vereadores e vereadoras, a democracia tem contornos interessantes. Muitas vezes, nós nos digladiamos aqui nesta tribuna, ali no microfone de apartes. Agora há pouco falei

sobre o mensalão 2.0 que o Presidente Lula está tentando fazer em Brasília para esvaziar a CPMI, o governo do PT oferecendo cargos e verbas em estatais para tentar esvaziar. Foi dito que o governo faria de tudo para sabotar a CPMI, mas eu, Ver. Tiago Albrecht, e de resto o meu partido, o partido NOVO, nós não temos o costume de debater pessoas; nós temos o propósito firme e sincero de debater ideias, de debater projetos e de debater, Sr. Presidente, ideologias. Por isso não importa que seja um vereador do PT, o senhor, S. Exa. Jonas Reis, mas importa que a ideia em voga é boa, por isso nós não temos qualquer restrição aos dois pontos iniciais. Nós temos restrições, e aqui eu agradeço à nossa bancada, nas pessoas do Sr. Adriano e também da minha chefe de gabinete, Sra. Sâmila, nós temos um problema no terceiro artigo, que corresponde à intromissão na gestão do Executivo, que é reservada ao prefeito, ao chefe do Executivo, a saber o art. 94, “compete privativamente ao prefeito”, e ali no inciso IV, “dispor sobre a estrutura, a organização e o funcionamento da administração municipal”. Então o que o vereador está propondo, em nossa opinião, é uma boa ideia, que já é praticada, aliás, em outros órgãos, como esta Casa – como bem ressaltado pelo vereador proponente – e também em outros poderes, como Ministério Público, Tribunal e assim por diante, onde são feitas provas, forma-se o cadastro, chamam-se os estagiários e, uma vez que acaba o número é feita uma nova prova. A Ver.^a Mari Pimentel faz essa emenda supressiva, que é muito oportuna, que deixa para o Executivo, conforme o próprio Jonas trouxe agora há pouco, após a oportuna pergunta do líder do governo Cecchim, a respeito de quem é a discricionariedade, quem faz o certame, o edital ou, a saber, a própria secretaria que está precisando de estagiários.

Por isso, Sr. Presidente, nós vamos votar “sim” na emenda da minha colega, minha líder Mari Pimentel, para que esse projeto seja aprovado, haja essa prova e que o governo, o Executivo, a saber as secretarias, possam publicar esse edital para que assim seja feita a contratação. Para encerrar. Ver. Jonas, às vezes, nós vamos discutir, vamos divergir, talvez até ir ao confronto de ideias, etc., era democracia, mas repito o compromisso que fiz de ao menos me esforçar para não discutir pessoas, para discutir ideias, ideologias para a construção de Porto Alegre, Mari Pimentel, minha líder. Por isso, parabéns pelo projeto, parabéns pela emenda. De minha parte, fica bem posto esse projeto, vamos votar “sim”. É um processo seletivo, evita indicações, às vezes, pelo QI, pelo quem indica, parece-me que está de acordo com o regramento liberal, do qual eu faço coro, junto ao Partido NOVO. Então, vou votar “sim” à emenda e “sim” ao mérito aí do projeto para que a gente tenha essa normatização. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir PLL nº 022/21.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Venho discutir o projeto de autoria do Ver. Jonas Reis, destacando que aqui, na Câmara Municipal de Porto Alegre, já há essa orientação. Os estagiários que ingressam à Casa Legislativa do Município de Porto Alegre fazem prova seletiva, passam por um processo de seleção. Portanto, aplicar-se-ia a mesma regra aos estagiários do Poder

Executivo. A argumentação do Ver. Jonas Reis é bastante pertinente, que o processo seja justo, aberto, amplo, para que todos os estudantes da cidade possam pleitear vagas de estagiário na nossa cidade. E eu, com a licença do vereador autor do projeto, eu o Ver. Pedro Ruas estamos assinando uma emenda para retirar da prova do processo seletivo os estudantes do Programa de Trabalho e Emprego - PTE do Município de Porto Alegre, que são os estudantes que tem algum tipo de deficiência. É bastante injusto colocar uma população que tem algumas limitações para fazer um processo seletivo junto com todos os demais estudantes. Por isso, peço apoio de todas as bancadas desta Casa Legislativa para aprovação da nossa emenda, que retira os estudantes com deficiências, principalmente deficiências intelectuais desse processo seletivo que pode não ser justo com eles. Então, precisamos também viabilizar vagas para que essa parte da população de Porto Alegre também possa pleitear vagas de estagiário na nossa cidade. Obrigado pela atenção. Um abraço. Esperamos ver a aprovação do projeto do Ver. Jonas Reis.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 022/21.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sr. Presidente, saudando V. Exa. cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste das galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores. Conversei com o Ver. João Bosco Vaz, e falo aqui em nome da nossa bancada, do PDT, concordando também com a emenda da Ver.^a Mari. Casualmente nós tivemos a implementação das vagas de estágio aqui na Câmara e a observação dessa prova, que não é uma prova classificatória, que foi a pergunta ali do Ver. Cecchim, é uma prova eliminatória, é uma prova, digamos assim, quase que uma prova de proficiência. Penso que fica bem claro no projeto que a regulamentação e a aplicação da prova ficam a cargo do Executivo. Então eu acho que tendo por objetivo a legislação e a lei de estágios, e que deva haver um critério subjetivo de seleção, creio que se fizer uma prova eliminatória, quem não passou na prova não vai poder estagiar; quem passou na prova vai poder ser selecionado, depois de uma análise curricular, de uma entrevista, enfim. Então estamos de acordo, eu acho que é uma seleção interessante, importante, cria um critério, digamos assim, eleva a régua, cria-se uma régua, passa a se observar, uma análise mínima de condições. Hoje, por exemplo, um estagiário tem que ter noções básicas de TI, dessa área de informática, então, eu acho que uma prova é bem-vinda, acho que é oportuna a iniciativa e a gente, para contribuir com o debate, faz essa consideração. Então, como encaminhamento, em tempo de discussão ainda, nos manifestamos favoráveis à iniciativa e ao projeto. Pela atenção, muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 02 ao PLL nº 022/21, de autoria dos vereadores Prof. Alex Fraga e Pedro Ruas.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o Requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 022/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 022/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com as abstenções da Ver.^a Karen Santos, do Ver. Pedro Ruas e do Ver. Roberto Robaina.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Prof. Alex, provavelmente vou votar “sim” na Emenda nº 02, só quero saber se isso não é discricionário do Executivo, você tem o tamanho de impacto? É por porcentagem? É a secretaria que disciplina?

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): Só para justificar, o Programa de Trabalho e Emprego é desenvolvido pela SMED nas escolas especiais, para direcionar estudantes que têm algum tipo de deficiência intelectual para o mercado de trabalho, como estagiários. Estamos os excluindo da necessidade de fazer prova para ocupar esses cargos, justamente, porque seria injusto, e é um incentivo também. Nesse programa os professores que fazem o acompanhamento direcionam esses estudantes para as vagas que eles têm a capacidade ocupar. Só isso, para justificar.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sinto-me contemplado, Sr. Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Este Parlamento é o Parlamento do diálogo. Em homenagem ao diálogo, não é, Ver. Giovanni?

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 02 ao PLL nº 022/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 32 votos **SIM**.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Eu acho que o que nós vimos aqui foi uma homenagem a Vossa Excelência. O NOVO e o PSOL juntos. Então, V. Exa., que é um democrata, deve ter aplaudido isso.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, o PLL nº 022/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM** e 4 votos **NÃO**.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente Moisés, quero agradecer a todas as vereadoras e aos vereadores que compreenderam a importância desse projeto para que Porto Alegre tenha cada vez mais transparência. Isso é fundamental! Eu acho que nós

estamos caminhando para um bom entendimento do que a gente quer no futuro. Hoje nós estamos aqui na Câmara, amanhã a gente pode não ser mais vereador, e aí a gente deixa um legado importante porque processo seletivo é fundamental em todas as repartições públicas. Obrigado.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0370/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 023/20, que autoriza o Município de Porto Alegre a receber imóvel mediante doação com encargos, visando a continuidade das ações e dos serviços de assistência à saúde da população e a melhoria da produção e qualidade dos procedimentos de atendimento, assim como o aperfeiçoamento e expansão da capacidade operacional do Sistema Único de Saúde (SUS) no equipamento hospitalar denominado de Hospital Restinga e Extremo-Sul. **(SEI 118.00220/2020-69)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Moisés Maluco do Bem: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Cezar Augusto Schirmer: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alvoní Medina: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Cláudia Araújo: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, VIII, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 13-03-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o PLE nº 023/20. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente em exercício, Moisés Barboza, vereadores e vereadoras, nós vamos votar a favor desse projeto; não é ainda o tempo de encaminhamento, mas é importante que se diga isso, até para que o governo saiba. É um projeto do Executivo e nós votamos a favor de projetos do governo; não existe uma lógica de que se tem um projeto do governo, nós somos contra, isso não existe, tanto que esse é um projeto do Executivo que prevê o recebimento, por parte da Prefeitura, do Hospital da Restinga e Extremo-Sul, que já é da Prefeitura, na verdade, mas a propriedade precisa ser garantida, e essa é a transferência de propriedade prevista no

projeto, e nós, portanto, vamos votar a favor. Mas eu quis também usar a palavra, Presidente Moisés, porque me chegou um documento que eu gostaria... É muito importante que a imprensa acompanhe a Câmara por que, por exemplo, agora eu vou falar algo que eu quero que a imprensa acompanhe, eu quero que os vereadores acompanhem. Eu vou levar amanhã, Ver.^a Mari Pimentel, presidente da nossa Comissão, porque me chegou um documento que prevê, e isso tem importância porque está ligado à riqueza, ao patrimônio de Porto Alegre, assim como a doação do Hospital da Restinga e Extremo-Sul para o Município – o retorno do hospital para o Município é importante. Nós temos que cuidar muito do dinheiro público. Eu sei que a Prefeitura, Ver.^a Mônica, tem um projeto que prevê a arrecadação de R\$ 12 milhões para o fundo do patrimônio com leilão de imóveis. Essa é a informação que eu tenho, saiu nos jornais, está amplamente divulgado. Mas eu, ao mesmo tempo recebi, Ver. Pedro Ruas, uma informação que eu quero checar com o governo e eu vou levar para a Comissão amanhã, que a Secretaria da Fazenda tem uma reforma a ser feita de um valor total de mais de R\$ 10 milhões! Quer dizer, a Prefeitura tem previsto, Ver. Mauro Pinheiro, uma venda de patrimônio, de imóveis, em que está prevendo receber R\$ 12 milhões e vai fazer uma reforma do prédio da Fazenda que vai custar R\$ 10 milhões! Eu confesso para vocês que eu não entendi; não entendi porque realmente não bate, em relação às prioridades que, na minha opinião, se deve ter. E eu gostaria de saber, o Idenir Cecchim está aqui, como líder do governo, se há uma informação sobre isso. Eu vou levar igual amanhã para a Comissão de Economia e Finanças que a Mari Pimentel tem presidido de modo muito competente, para que a Comissão possa apurar, para a gente checar esses dados. Mas eu acho importante. Nós estamos tratando aqui de um projeto que é um projeto mais simples, porque é um projeto... Como eu disse, Ver. Cecchim, nós vamos votar a favor desse PLE, não temos nenhuma objeção. Mas eu trago esse tema um pouco de contrabando, eu sei que não é o momento exato, mas como me chegou esse tema, eu queria transmitir para os vereadores, para que todos possam apurar. E informo que eu quero levar para a Comissão de Finanças para que a gente saiba se realmente está tendo desperdício ou não. Porque, fazer um leilão de R\$ 12 milhões, para fazer uma reforma na Secretaria da Fazenda, com o valor de R\$ 10 milhões, não me parece fazer sentido. Essa é a minha opinião. Mas eu quero depois chegar com o governo, checar com a Comissão para que a gente possa, de fato, fiscalizar a utilização dos recursos públicos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLE nº 023/20.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste. Na verdade, esse projeto, o espaço foi construído pelo Moinhos de Vento, e ele desistiu, lá pelas tantas e entregou para o Vila Nova. Em 2018, o Hospital Vila Nova assumiu o Moinhos, o Moinhos não quis mais atender pessoas que não tinham condições, então entregou para o HRES e o HRES agora, em setembro de 2023, fecha cinco anos, que era o que previa o contrato. Então nós

precisamos fazer a cedência do HRES para o Município para que a gente possa fazer a renovação do contrato, para que ele possa continuar atendendo 100% SUS. Na verdade é isso, não tem muita coisa para se falar, hoje está de forma irregular e nós precisamos regulamentar. Então este projeto do Executivo é para regulamentar a área para que ela possa vir para o Município e que o Município possa contratualizar com outro parceiro. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 023/20.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Boa tarde Ver. Moisés, na presidência dos trabalhos; boa tarde colegas vereadores e vereadoras, eu quero, Ver.^a Cláudia, inclusive trazer algumas informações esclarecedoras deste processo. Eu tive o prazer, como vereador e como morador da região, de coordenar o movimento pela conquista do Hospital da Restinga e Extremo-Sul. Esse movimento nasceu em 2002 com um coletivo muito grande e trabalhei, nesta coordenação, com muitos colegas vereadores, na época o ex-vereador Dr. Goulart, entre outros, com muito afinco e no dia 18 de setembro de 2008 o Presidente Lula assinou o decreto, colocando o Moinhos de Vento como instituição de excelência para desenvolver um projeto de Sistema Único de Saúde. A área, ali, já era do Município de Porto Alegre só que era do parque industrial e eu, na época, fui relator desse processo onde foi passada essa área para o Moinhos de Vento. O governo federal colocou R\$ 14 milhões para construção da estrutura que lá estava, o Município entrou com a área, o governo federal com a totalidade dos recursos. Foi inaugurado em julho de 2013 pela presidenta Dilma Rousseff e com a funcionalidade de ser 100% SUS, onde 50% dos recursos era do governo federal, 25% do governo do Estado e 25% do Município, o Moinhos de Vento não colocou um centavo, ele simplesmente aplicou os recursos da isenção dos impostos que lhe foi concedida para direcionar para esse projeto do SUS. O projeto total do Hospital da Restinga e Extremo-Sul ainda está incompleto porque tem a maternidade toda ainda para ser construída. E convido os colegas para verem que o que está lá não funciona para que nós possamos fazer um movimento... (Problemas técnicos no som.) ...para emendas, este ano, para nós conseguirmos ajudar o Município a comprar um mamógrafo novo para o Hospital da Restinga e Extremo-Sul, principalmente porque nós estamos no mês da defesa de todos os direitos de igualdade das mulheres. Então voto favorável e queria trazer aqui essa história do Hospital da Restinga e Extremo-Sul que foi construído com muitas mãos e, principalmente pela comunidade que se empenhou largamente nessa conquista. É um exemplo de um trabalho coletivo. Quando se unificam os esforços políticos, a gente conquista. E temos que terminar a segunda etapa agora para ser um hospital-escola, porque ele foi construído com esse objetivo de ser um hospital-escola para formação, principalmente, da enfermagem e auxiliar de enfermagem lá naquele local que fica junto ao Instituto Técnico Federal, que foi a outra conquista do governo federal que também

tivemos o prazer de ajudar a trabalhar e a conquistar para a região. Voto favorável ao projeto, Presidente e colegas vereadores e vereadoras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para discutir o PLE nº 023/20.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, mais uma vez, colegas vereadores e vereadoras. Estamos diante, eu acredito, Ver.^a Cláudia Araújo, de uma proposição capaz de unificar a Câmara de Porto Alegre. Eu, aqui, em nome do PCdoB, encaminho favoravelmente ao projeto apresentado pelo Executivo que faz uma justa adequação à gestão, enfim, as condições do Hospital da Restinga e Extremo-Sul. Mas eu gostaria de aproveitar a oportunidade, assim como fez o Ver. Comassetto, para que nós pudéssemos fazer o debate sobre o atendimento prestado à comunidade pelo Hospital da Restinga e Extremo-Sul e sobre esse tema do atendimento da saúde para o Extremo-Sul da nossa cidade. Hoje, o Hospital da Restinga, uma importante conquista para a cidade como um todo, mas em particular para o Extremo-Sul de Porto Alegre, tem um potencial de atendimento subaproveitado, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, que eu gostaria de trazer aqui para discussão desta Casa. Existe uma proposição por parte do hospital, do estabelecimento de ambulatórios de tratamento à tuberculose e também de tratamento de ISTs e de pessoas que convivem com HIV-Aids; essa é uma proposição que precisa ser examinada pelo Executivo, pela Prefeitura de Porto Alegre, porque o Extremo-Sul da nossa cidade é a região de Porto Alegre em que mais se concentram os casos de tuberculose aqui na capital. Estamos aqui diante de uma estrutura física, um equipamento importante para Porto Alegre, com potencial de atendimento e que está sendo subaproveitado. Se não me engano o Ver. Comassetto – que ouvia com alguma dificuldade pela sua conectividade – também mencionou o tema da maternidade no Hospital da Restinga e Extremo-Sul. Essa é uma importante demanda para a região, e nós precisamos um esforço coletivo para que a gente consiga garantir esses avanços para quem mora na Restinga e em todo o Extremo-Sul da nossa cidade.

Nós, que estamos falando desse tema, não poderíamos deixar de abordar uma reivindicação muito importante da comunidade do Extremo-Sul que diz respeito ao acesso ao hospital. O prefeito Melo esteve, no sábado, na Ponta Grossa e no Lami, e teve oportunidade de ouvir pessoalmente a demanda dos moradores do Lami, dos moradores da Ponta Grossa, para que a alimentadora do Hospital da Restinga seja capaz de atender também os moradores e as moradoras desses dois bairros. Aqui está presente o Ver. Gilson Padeiro, que também conhece essa reivindicação, sem dúvida alguma é um parceiro dessa pauta, e neste momento em que a gente faz a justa adequação, nós não podemos deixar de abordar essas reivindicações importantes para o atendimento da saúde naquela região da cidade, assim como o tema da saúde mental. Hoje a oferta de atendimento em saúde mental no Extremo-Sul está concentrada na Restinga, nós precisamos garantir o acesso da população a esse serviço, isso também passa por esse debate da alimentadora A19, e também passa pela Prefeitura de Porto Alegre estimular e

garantir as condições, a gente engajar o governo do Estado, o governo federal para um ousado projeto de qualificação do atendimento em saúde mental que o Hospital da Restinga e Extremo-Sul já possui. Essa proposta já foi apresentada para a Prefeitura de Porto Alegre e nós precisamos de um esforço conjunto desta Câmara, em parceria com a sociedade civil, com aqueles que lutam nas nossas comunidades, e com o poder público, para transformar essas reivindicações em novas conquistas. Eu acho que o mesmo espírito que vai permitir hoje aqui a aprovação dessa adequação é o espírito que deve nos mover para garantir essas qualificações para o Extremo-Sul da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o PLE nº 023/20. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente Moisés Maluco do Bem, Moisés Barboza, qualquer apelido que se dê a V. Exa. está certo. Eu fico muito feliz quando um projeto como esse chega aqui na Câmara de Vereadores e se tem unanimidade. O Hospital Vila Nova tem assumido um papel importante na capital gaúcha. O nosso chamado 100% SUS, ou seja, as pessoas que precisam de hospital ou de médico e não tem como pagar, tem o Hospital Vila Nova, tem o SUS, isso é um ponto pacífico. Agora, eu ouvi a reivindicação do Ver. Giovanni Culau que todos nós temos... Inclusive, o Executivo está tratando disso há um bom tempo. Eu acho que o senhor tem bons informantes na Secretaria de Saúde, viu, Giovanni Culau? Devem ter lhe dito: “Olha, nós estamos cuidando desse negócio”. Vossa Excelência, inteligentemente, veio aqui, na tribuna, e pediu. Mas vamos continuar pedindo, todos nós. Todo apelo que nós possamos fazer em favor de quem precisa, a cidade de Porto Alegre, o prefeito Sebastião Melo, os vereadores da Câmara de Vereadores, sempre, todos nós queremos esses atendimentos; e nós vamos sempre apoiar isso. Essa devolução do Hospital Moinhos de Vento, ele não está dando nada de graça para o Município, porque recebeu de graça e agora está devolvendo; não está mais usando isso. Está devolvendo e nós vamos registrar isso com a benção da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Por isso vamos à votação, e eu espero, Sr. Presidente, que não precise painel de votação, que seja uma votação unânime da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 023/20.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, os colegas vereadores e vereadoras, o público acompanha a sessão nesta tarde. Eu creio, sim, concordo com o Ver. Cecchim, que este projeto deve ter uma certa unanimidade em reconhecimento ao fato de que esse hospital existe porque teve alguém ousado, criativo que atendeu a demanda regional do Extremo-Sul, mais precisamente da Restinga. E os

senhores sabem quem foi que atendeu esse pedido? Dilma Rousseff, Presidente do Brasil. Dilma Rousseff. Eu estava presente na inauguração do hospital, inclusive, naquela ocasião, eu era Presidente da COSMAM, Comissão de Saúde e Meio Ambiente, aqui da Câmara, onde nós fizemos um movimento de apoio não só à cedência do terreno, ali, para a construção do hospital, mas também a cedência do terreno para a construção da Escola Técnica que tem ali, Mauro, do lado do Hospital da Restinga e Extremo-Sul, pois se subentendia, naquela época, que essa região precisava, além da incubadora, que fica ali do lado, com área pública, também a questão da escola técnica e de um hospital regional. Por isso eu creio que agora se consolida um hospital que foi construído sabem por quem? Por um hospital privado que não estava recolhendo a filantropia. É! É isso mesmo. O Hospital Moinhos de Vento, Ver. Cassiá, pagou os R\$ 30 milhões de dívida e construiu o Hospital da Restinga. Queiram ou não, algum hospital que por sua vez não esteja pagando em dia os seus impostos – era o caso do Hospital Moinhos de Vento naquela ocasião –, num acordo com o governo federal, pagou R\$ 30 milhões de dívida em troca da construção do Hospital da Restinga. Acho que essas parcerias, nobre Ver. Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, para quem está superendividado com o poder público, não precisa dar tanto desconto como nós temos dado aqui. A construção de um instrumento público pelo Sistema Único de Saúde universal, que atende todo mundo, como todo mundo falou aqui, é de fundamental importância, porque na área da saúde, educação, assistência e segurança está faltando muito para nossa querida Porto Alegre. Portanto é óbvio que nós vamos apoiar a iniciativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 023/20.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, projeto muito importante, o Extremo-Sul da cidade, há muito tempo, está precisando de carinho. Pelas várias administrações da esquerda ultraradical, a Zona Sul da cidade sofreu, e, nesta administração, nós estamos fazendo as devidas compensações. Estive, no fim de semana, com o prefeito lá fazendo uma vistoria em vários locais. Quero deixar claro que destinei mais de R\$ 200 mil de emendas impositivas para ajudar a amenizar a questão da macrodrenagem da Zona Sul, da Ponta Grossa; R\$ 50 mil para o posto de saúde. E é lamentável que um vereador da esquerda ultraradical venha aqui querer se aproveitar de um projeto tão bonito quanto este, um projeto da cidade. Nós temos que pensar nas pessoas, Ver. Mauro Pinheiro, nós votamos nos projetos das pessoas, não interessa se o projeto é de oposição ou se ele é de situação. Acabamos de aprovar o projeto do vereador da esquerda ultraradical, até nem gosto dele, mas votei favoravelmente ao projeto dele, porque nós pensamos em 1,5 milhão de pessoas. E assim deve agir a esquerda ultraradical, assim deve agir a oposição nesta Casa, com responsabilidade, não com subterfúgios e mecanismos nebulosos, Ver.

Robaina. V. Exas. ficaram aqui durante quase quatro sessões para retirar o quórum para votar a moção da CPMI do dia 8 de janeiro. Isso é brincar com o dinheiro público! Então, peço aos Srs. Vereadores que possamos votar este projeto agora de forma simbólica, por unanimidade, pensando em 1,5 milhão de porto-alegrenses.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 023/20, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esse debate, primeiramente queria dizer ao vereador que me antecedeu: Onde já se viu vir aqui dizer, num debate sobre o Hospital da Restinga, que não gosta de mim? Se não gosta de mim, o problema é seu. Até acho bom.

Eu quero tratar do tema do Hospital da Restinga e Extremo-Sul, que é um hospital fundamental para todo mundo que mora no Extremo-Sul. Lá há uma carência enorme, principalmente quando o Hospital Parque Belém parou de funcionar. Inclusive no Hospital Parque Belém é algo gravíssimo para a saúde pública: maquinários, uma estrutura, funcionava bem... Inclusive eu já utilizei esse hospital, a minha avó, que agora é falecida, foi internada no Hospital Parque Belém. Nós precisamos, cada vez mais, descentralizar a saúde. Essa conquista do Hospital da Restinga e Extremo-Sul é uma conquista que a gente tem que, cada vez, mais fortalecer.

Há mais de 26 anos eu anos moro lá, desde que vim do interior, moro no Extremo-Sul. Não chega a ser Extremo-Sul, é Aberta dos Morros, mas é a entrada para a Restinga, Hípica, Ponta Grossa. E a gente sabe que sempre as zonas mais longínquas, em relação ao Centro, são as últimas a receber os aparelhos da Prefeitura.

Então, se lutou muito, as lideranças, as pessoas da comunidade, para que se tivesse, mas ainda, realmente, nós temos várias dificuldades e o transporte é uma. Inclusive, na semana passada, pegou fogo num ônibus da Restinga. Os ônibus são muito sucateados, é preciso que a EPTC entre lá dentro dessas empresas da Trevo para ver o que está acontecendo. Quem mora na Zona Sul merece respeito, e nós merecemos mais do que isso, nós precisamos descentralizar o serviço. Esse hospital, sem sombra de dúvida, ele ajuda, mas ele não é a solução, porque, para especialidades, todo mundo tem que sair de lá, tem que vir adiante, para o Centro, e não precisa... A gente precisa garantir aparelhos de políticas públicas nas zonas onde as pessoas moram, é fundamental. Então, com certeza, nós vamos votar favoráveis, a bancada do PT, a esse projeto, mas eu não poderia deixar de apontar que a Restinga hoje precisa de muito mais dinheiro público do que está indo para lá. Está indo pouco dinheiro e lá mora muita gente: mais 160 mil habitantes. Inclusive hoje entrou uma mãe, Ver.^a Mari Pimentel, em contato comigo. Pasmem, na seleção de matrículas, no encaminhamento do filho dela, adolescente, do ensino médio, mandaram o menino estudar na Zona Norte! Deram uma vaga para ele na Zona Norte. Imagine, Ver. Gilson, o senhor que é do Extremo-Sul, morar na Restinga e ter que estudar na Zona Norte. Vocês acham que esse estudante vai ir até a Zona Norte? Não vai! Não vai porque a mãe, inclusive, não vai ter nem dinheiro para pagar passagem;

vai pagar duas? Não tem! É impossível! Então a gente precisa garantir mais... Lá na Restinga, quero frisar: faltam 9 mil vagas de educação – educação infantil e ensino fundamental. Isso é gravíssimo, gente. É gravíssimo! Faz muito tempo que não se constroem novas escolas, a gente tem que construir, precisa fazer isso, prefeito, faço um apelo aqui. Hoje a gente vai votar com o senhor aqui neste projeto, um projeto seu, mas o senhor também tem que abraçar a Restinga, tem que fazer escolas novas de educação infantil. Eu vejo o senhor caminhar pelos bairros, mas escola nova, que é bom, não vi nenhuma ser anunciada, inclusive, fiquei indignado com o senhor, lá na Hípica, quando a cidadã falou que fazia 20 anos que aguardava a escola e o senhor ainda não disse quando vai ter escola de educação infantil lá. Então, estamos nessa luta, estamos nessa pauta também, não só garantir mais saúde para o povo, garantir a permanência do hospital lá, estrutura, a Prefeitura mantendo, mas nós queremos mais, a Restinga espera mais do senhor.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLE nº 023/20. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 175/21, por duas sessões.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 098/22. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0189/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 098/22, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, que institui a Política de Desenvolvimento de Consciência Fonológica na Alfabetização na Rede Municipal de Ensino. **(SEI 161.00038/2022-26)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Ver^a Cláudia Araújo;
- incluído na Ordem do Dia em 13-03-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 098/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Hamilton, colegas vereadoras e vereadores, esse projeto que institui a Política de Desenvolvimento de Consciência Fonológica na Alfabetização na Rede Municipal de Ensino nada mais é do que o desenvolvimento de diferentes competências da linguagem falada, tais como a percepção e a manipulação dos sons da fala. O processo de alfabetização consiste no aprendizado do sistema de representação dos sons da fala, ou seja, a transformação dos fonemas em letras. Nesse sentido, a consciência fonológica consiste em habilidade fundamental para o alcance da alfabetização plena. Estudantes que possuem a consciência fonológica plenamente desenvolvidas são capazes de identificar sílabas e padrões de palavras, reconhecer quando as palavras rimam e segmentar sons individuais de sílabas, palavras e frases, dentre outras habilidades. As habilidades de consciência fonológica estão diretamente ligadas à capacidade de leitura, interpretação e compreensão textual. A ausência da conscientização fonológica impede o pleno desenvolvimento da capacidade de leitura, prejudicando o estudante em sua jornada educacional; a fim de que se possa prevenir e remediar eventuais obstáculos ao desenvolvimento da consciência fonológica, é necessário que os estudantes contem com o apoio de profissionais devidamente habilitados. Outrossim, a presença do fonoaudiólogo no ambiente escolar possibilitará o possível diagnóstico de eventuais distúrbios da fala na infância, entre estes, a apraxia de fala na infância que possui dependência de 1 a 2 para cada mil crianças. Desta forma, caso o profissional suspeite da ocorrência de algum distúrbio fonoaudiológico em determinado aluno, este poderá ser encaminhado à rede pública de saúde para a realização de exames diagnósticos, e se necessário, tratamento. Assim, considerando que é dever do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à saúde e à educação das crianças e adolescentes, nos termos do art. 4º do [Estatuto da Criança e do Adolescente](#), faz-se necessária a aprovação desse projeto. O parecer da SMED é favorável ao projeto e a emenda de minha autoria é corretiva, para que não tenhamos inconstitucionalidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 098/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 098/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 043/23 – (Proc. nº 0162/23 – Vers. Aírto Ferronato, Roberto Robaina, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e João Bosco Vaz e Ver^a Karen Santos) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao Projeto de Lei 111/23, de autoria da deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL), que acrescenta o art. 377-A à Consolidação das Leis do Trabalho para tornar obrigatória a equiparação salarial entre homens e mulheres para funções ou cargos idênticos e prever mecanismo de fiscalização em relação ao seu cumprimento”. **(SEI 019.00042/2023-37)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 043/23. (Pausa.)

Vereador Alvoní Medina (REP) (Requerimento): Solicito adiamento da discussão do PLL nº 134/22, por duas sessões.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Esse requerimento de adiamento será votado posteriormente.

A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 043/23.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, boa tarde, Presidente, público que nos acompanha. Eu gostaria de encaminhar o voto contrário do partido NOVO e gostaria de justificar o nosso voto contrário, em respeito aos demais vereadores e a todos que confiam também no nosso trabalho. Tendo em vista que a equidade salarial entre homens e mulheres já está prevista na Constituição. No art. nº 461 da [CLT](#) nós já temos uma equidade salarial entre trabalhadores que tenham o mesmo trabalho, que exerçam no mesmo local, e isso acontece na prática quando um trabalhador que se sinta injustiçado entra na Justiça. Mas colocar um projeto de lei endereçado só para a questão de gênero não me parece adequado, e já parece que a gente está querendo só reafirmar uma narrativa e não considerar o que já tem na CLT. Outra questão: como é que nós vamos pedir para que em Brasília se fiscalize os trabalhadores do País inteiro, quando a própria CLT prevê isso e não existe a devida fiscalização? Então

depende do indivíduo que se sinta injustiçado, de acordo com a questão do regulamento da questão do trabalho, do seu salário, da sua jornada, entrar e reivindicar isso. E cada vez mais nós teremos empresas entendendo a necessidade de o salário ser igual para todos quando exercerem a mesma função com as mesmas características. Isso eu já vi acontecer aqui em Porto Alegre com inúmeras empresas. Eu acredito que cada vez mais, com o decorrer da evolução desse mercado de trabalho, a gente vai conseguir entender que esse artigo que está na CLT deve ser respeitado. Por isso encaminho voto contrário do Partido NOVO na moção porque nós somos contra o projeto de lei e somos a favor, sim, que o respeito às normas de trabalho seja rigoroso por todos os trabalhadores e por todas as empresas. Mas colocar de maneira redundante, dentro de um artigo de um projeto de lei, nós consideramos que é só uma narrativa e não uma mudança na nossa realidade.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra encaminhar a votação do Requerimento nº 043/23, como coautor.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Hamilton, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores, apresentamos esta proposta onde assinaram, este vereador, o Ver. Roberto Robaina, o Ver. Pedro Ruas, o Ver. Prof. Alex Fraga, o Ver. João Bosco Vaz e a Ver.^a Karen Santos, que é de apoio ao projeto da deputada Sâmia. A nossa proposta era ter aprovado na semana passada, no Dia Internacional da Mulher, mas não foi possível em razão do tempo. Neste ínterim está encaminhado um projeto também do Executivo, do Presidente Lula, neste mesmo sentido. Ouvi atentamente a Ver.^a Mari dizendo que já existe neste sentido regra nacional, e existe mesmo, só que existe há muito tempo e até hoje ela não está sendo aplicada e fiscalizada. Portanto, nós acreditamos que a Câmara de Porto Alegre, em aprovando uma Moção neste sentido, vai se manifestar para Porto Alegre, para o Estado e para o País que é favorável, sim, que exista esta equiparação salarial, portanto, este apoio eu entendo como positivo. Esta é uma proposta de equiparação que se fala há décadas, houve uma manifestação bastante grande nestas últimas eleições sobre o assunto e foi uma das propostas número um da nossa candidata a presidente da República, a senadora Simone Tebet. Eu acredito, sim, que é importante sinalizar no sentido de que queremos homens e mulheres com o mesmo preparo, com a mesma formação, com a mesma função, recebam a mesma remuneração, isso é importante e justo. E mesmo, Ver.^a Mari, que exista esta regra anterior, vamos votar favoravelmente e dizer que estamos acompanhando, sim, de perto, o processo, e dizer que somos favoráveis. Aquele abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, eu queria fazer uma proposta aos nossos vereadores, em homenagem às unanimidades que aconteceram hoje, aqui à tarde, em homenagem a todos os projetos que nós votamos, eu gostaria de pedir verificação de quórum e deixar esse projeto como o primeiro da próxima sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Vinte e sete vereadores presentes. Há quórum.

Solicito à Ver.^a Mônica Leal que informe a segunda etapa da palestra, para as mulheres, com relação à segurança. O pessoal está me cobrando. Hoje teve uma e vai ter outra.

Em votação o Requerimento nº 043/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Tiago Albrecht e da bancada do NOVO.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alvoní Medina solicitando o adiamento da discussão do PLL nº 134/22, por duas sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Nove vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h14min.)

* * * * *